



MOVIMENTOS DE CULTURA POPULAR NO BRASIL – UM RELATO HISTÓRICO

Juliana Battistus Mateus Ferreira¹ - PUCPR
Peri Mesquida² - PUCPR

Eixo – Educação de jovens e adultos e educação profissionalizante.
Agência Financiadora: não contou com financiamento.

Resumo

O estudo desenvolvido neste artigo apresenta um relato histórico sobre dois dos grandes movimentos educacionais de cultura popular que existiram no Brasil, com a intenção de alfabetizar jovens e adultos: o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento de Cultura Popular (MCP). A apreciação, por meio de análise crítica, destas histórias reais e impactantes conduzem a uma reflexão sobre as relações existentes entre a alfabetização e a transformação na realidade dos educandos, delas proveniente. Portanto este estudo objetiva-se a relatar historicamente o Movimento de Educação de Base e o Movimento de Cultura Popular no Brasil e avançar para as suas implicações na conscientização de muitos brasileiros. Os autores que fundamentam esta pesquisa são: Paulo Freire, em seus livros *Conscientização, Educação como Prática da Liberdade* e *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos* (respectivamente, 1980, 2001 e 2002), Carlos Rodrigues Brandão, em *O que é o Método Paulo Freire* (1985), Vanilda Pereira Paiva, em *Educação Popular e Educação de Adultos* (1987) e Emanuel de Kadt, em *Católicos Radicais no Brasil* (2007). Neste artigo será adotada a hermenêutica como método de análise, por meio da pesquisa bibliográfica. Decorrente do estudo realizado, percebe-se que é a preocupação em alfabetizar ao passo em que se promove a conscientização que possibilita ao educando compreender e transformar verdadeiramente a sua realidade. Mas é interessante observar as mudanças tão drásticas que ocorreram em um curto espaço temporal na proposta educativa dos Movimentos de Educação de Base e de Cultura Popular e, ao estabelecer uma relação entre as datas que elas ocorreram e as que marcaram a transição dos governos no Brasil, encontra-se uma íntima aproximação. Neste cenário, é perfeitamente possível notar o domínio governamental sobre os processos de ensino no país e que suas práticas sempre influem na educação de forma a responder suas expectativas partidárias.

¹ Doutoranda, Mestre em Educação e graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Participante do grupo de pesquisa *Pensamento Educacional Brasileiro: História e Políticas* – PUCPR. E-mail: julianabattistus@gmail.com.

² PhD em História da Educação pela Université de Genebra - Suíça. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Líder do grupo de pesquisa: *Pensamento Educacional Brasileiro: História e Políticas* - PUCPR. E-mail: mesquida.peri@gmail.com.

Palavras-chave: Alfabetização de jovens e adultos. Conscientização. Educação popular. Movimentos populares.

Introdução

O período histórico entre os anos de 1958 e 1964 marca uma grande movimentação da sociedade e do governo brasileiros a respeito da educação das massas populares. Mais especificamente no início da década de 1960, ocorreram, no Nordeste brasileiro, algumas intervenções sociais, com ou sem o apoio governamental, objetivando levar educação ao homem do sertão. No entanto, alguns destes movimentos nos quais se engajavam “os liberais, as esquerdas marxistas e os católicos” também se objetivavam à “promoção da participação política das massas e do processo de tomada de consciência da problemática brasileira que caracterizou os últimos anos do governo Kubtschek” (PAIVA, 1987, p. 230). O desejo latente de todos eles ensejava poder ver “a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, sua recomposição fora dos supostos da ordem vigente” (PAIVA, 1987, p. 230).

Esses movimentos em prol da educação desta grande parcela da população, normalmente estigmatizada e injustiçada por políticas públicas marcadas pela segregação, chamaram-se Movimentos de Cultura Popular, pois “pretendiam o rompimento dos laços de dependência do país com o exterior e a valorização da cultura autenticamente nacional, a cultura do povo” (PAIVA, 1987, p. 230). Deles fizeram parte muitos sujeitos que compreendiam a fundamental importância da educação como parte do processo de mudança na sociedade brasileira.

A perspectiva educativa desses grupos, entretanto, caracterizava-se pelo “realismo”; eles buscam métodos pedagógicos adequados à preparação do povo para a participação política. Esses métodos combinam a alfabetização e a educação de base com diversas formas de atuação sobre a comunidade em geral, considerando como fundamental a preservação e difusão da cultura popular e a conscientização da população em relação às condições sócio-econômicas [sic.] e políticas do país. (PAIVA, 1987, p. 231, grifo da autora)

Esses movimentos buscaram promover, em massa, uma educação efetiva dos nordestinos, que lhes ensinasse a ler e a escrever, e a compreender o mundo. Com tal intuito, “o tratamento exclusivo da educação dos adultos, na época, se fazia através dos movimentos locais que se ampliavam e se multiplicavam pelos Estados” (PAIVA, 1987, p. 229), destacando-se, entre eles o MEB (Movimento de Educação de Base), criado pelo governo

Jânio Quadros em parceria com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), e o MCP (Movimento de Cultura Popular), onde trabalhou Paulo Freire.

A intensa mobilização educacional nesse período – inicialmente com objetivos de transformação social e, em seguida, buscando sedimentar o poder constituído – era função das condições políticas internas e de seu desenvolvimento a partir do final dos anos 50, e ela propicia a reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico do país. Na verdade, isto dá origem a primeira teorização brasileira em matéria educativa. O pensamento de Paulo Freire liga-se diretamente à teorização isebiana e nos oferece, em termos teóricos e metodológicos, uma formulação original. Contrapartida educacional na teorização do desenvolvimento brasileiro no período inicial dos anos 60, o pensamento de Paulo Freire [...] comprometia-se com ideias socialistas e democráticas. (PAIVA, 1987, p. 304)

É notória a relevância dos movimentos de cultura popular para a sociedade brasileira na década de 1960 e as práticas desenvolvidas naquele período apresentam grande contribuição à ação educativa atual. Portanto, elas devem ser consideradas e analisadas numa perspectiva que conduza a efetivação da ressignificação do papel social que a educação hoje detém.

Para o estudo a seguir apresentado foi adotado o método de pesquisa Hermenêutica, por sua característica de apreensão e interpretação do conhecimento, conforme é fundamentada por Hans-Georg Gadamer, em *Verdade e método* (2002) e *O problema da consciência histórica* (2006). Segundo este autor, a hermenêutica funciona como método capaz de auxiliar o pesquisador a buscar o sentido dos fenômenos estudados e compreendê-los, por meio da interpretação de dados empíricos e/ou bibliográficos. Isso permite ao pesquisador desenvolver um trabalho que tenha unicidade, racionalidade e coerência.

A rigor, a hermenêutica, como método, apresenta cinco momentos de pesquisa de um fenômeno: a percepção, a compreensão, a apreensão, a interpretação e a comunicação. No momento da interpretação há que se dar atenção à crítica, “isto é, a necessidade de se lançar um juízo sobre o objeto/problema” (MESQUIDA, 2012, p. 5), no sentido mesmo de denúncia.

Nesse sentido, a seguir são explicitados os objetivos e as práticas pedagógicas que estruturaram as vivências dos movimentos de cultura popular, que se realizaram no Brasil em meados dos anos 60 do século passado, bem como suas implicações na realidade do nosso país.

MEB – Movimento de Educação de Base

O MEB foi criado “a partir de um acordo entre o governo federal e a CNBB, no início de 1961” (KADT, 2007, p. 149) e teve como objetivo “levar elementos gerais de educação às

populações rurais”, sendo esta difusão de conhecimentos realizada em rádios, “por intermédio das emissoras católicas, através de convênios com o MEC e outros órgãos da administração federal” (PAIVA, 1987, p. 223).

A organização do trabalho no MEB ocorria numa relação à distância entre os professores, na rádio, e os alunos, reunidos em volta dele. A preparação do material didático que seria vinculado nas emissoras era realizada por um grupo de profissionais que formavam os chamados “‘sistemas’, compostos de professores, supervisores, locutores e pessoal de apoio” (PAIVA, 1987, p. 223). A comunicação das aulas, através da rádio, chegava aos pequenos grupos reunidos “nos prédios de escolas locais [...] ou na moradia do monitor”, sendo esses grupos, normalmente, “de 10 a 15 alunos, a maioria deles entre 15 e 30 anos” (KADT, 2007, p. 153). A relação entre esses dois ambientes era intermediada por um monitor, presente junto aos alunos em todas as reuniões, que era um homem da comunidade “ao menos, semi-alfabetizado [sic.] [...] uma espécie de auxiliar sem remuneração” (KADT, 2007, p. 155), cujo papel era coordenar a classe, ajudando os alunos em suas dificuldades e na realização das atividades propostas.

Na época dos primeiros contatos com o Presidente Jânio Quadros, no início de 1961, a tarefa proposta era de realizar, por meio de uma organização nacional, a extensão dos dois ou três sistemas de escolas radiofônicas até então existentes e comandadas por alguns bispos individualmente. O principal objetivo era a alfabetização, embora desde o começo isso tenha sido situado em um contexto mais amplo. A educação de base deveria tratar o camponês como “homem integral” e iria ajudá-lo a desenvolver-se plenamente. Para alcançar isto, o Movimento dedicar-se-ia ao desenvolvimento da comunidade, à alfabetização, à educação sanitária e agrícola e à introdução de práticas democráticas. (KADT, 2007, p. 175, grifo do autor)

Com esta forma de distribuir o trabalho e com tais objetivos, o MEB seguiu sua atuação até 1962, quando “começa a caracterizar-se como um movimento de cultura popular e a buscar uma metodologia que transcendesse a mera organização de escolas radiofônicas” (PAIVA, 1987, p. 224).

A nova aspiração surgiu em uma reunião convocada pelo MEB – o I Encontro Nacional de Coordenadores – com todos os líderes do movimento nacional, “no início de dezembro de 1962”, quando emergiram das discussões ali realizadas as primeiras indagações sobre a qualidade e a efetividade do processo educativo, por eles promovida. Foi percebido, nesta reunião, “um crescente sentimento, compartilhado por vários membros do Nacional, de desconforto quanto ao sentido de seu trabalho” (KADT, 2007, p. 178). Eles estavam questionando a aplicabilidade dos conteúdos ensinados e acabaram por concluir que “a educação, razão de ser do MEB, deveria ser considerada como comunicação a serviço da

transformação do mundo” (KADT, 2007, p. 179), marcando, assim, sua inserção no vasto rol de movimentos de cultura popular do Brasil, firmados na década de 1960.

Após esta reunião, foi elaborado pelo movimento o Relatório Anual de 1962, no qual se pode observar claramente sua nova posição ideológica quanto a ação educativa, haja visto que “a conscientização ali aparece com destaque entre os objetivos” (KADT, 2007, p. 181).

O processo de educação acontece por meio de “ações” e ajuda o homem a “tornar-se consciente do que ele é, do que os outros são, do que todos podem vir a ser”. A educação implica em desenvolver a conscientização do homem em face da história. “O futuro não é um simples momento. É o homem desenvolvendo a si mesmo, de maneira a renovar-se continuamente e continuamente transformar o mundo”. Por isso, o homem deve ser o construtor de sua própria história e a educação serve para ajudá-lo a alcançar esta capacidade de ação: ela deve “tomar como ponto de partida as necessidades e os anseios do povo por liberdade”. (MEB, 1962, apud KADT, 2007, p. 181-182, grifos do autor)

Neste mesmo ano, o movimento já promovia “31 sistemas”, vinculava aulas em “19 emissoras” de rádio e atingia “11 Estados” da federação (PAIVA, 1987, p. 243). Com tamanho poder de propagar informações, o MEB decidiu formular um conjunto de textos didáticos, que expressasse este seu novo enfoque, e distribuí-los aos produtores dos programas de rádio e aos alunos mais adiantados, e assim “*Viver é lutar*, cartilha preparada [...] por uma comissão de educadores [...] foi impressa em 1964” (KADT, 2007, p. 182, grifo do autor). Além dela, foram escritas outras três apostilas, sendo a primeira intitulada *Mensagem*, que fornecia elementos cristãos “sugerindo ligação com os programas de catequese”, a segunda *Fundamentação*, que abordava, de maneira “muito complexa”, “as bases filosóficas do processo de conscientização”, e a terceira *Justificativa*, que contemplava conteúdos que objetivavam descrever a realidade do país, “uma espécie de livro didático sobre a sociedade brasileira” (KADT, 2007, p. 183, grifo do autor).

Este compêndio era organizado em 30 lições, em cada livro, “realisticamente ilustradas com fotografias, tratando das experiências do camponês e de sua verdadeira situação de vida” (KADT, 2007, p. 182).

No entanto, estas apostilas foram embargadas pelo governo federal e não puderam ser distribuídas, pois seu conteúdo foi considerado subversivo e comunista. O MEB então, para redimir-se, criou outra cartilha, a *Multirão*, que alimentava o sentimento de cooperação entre os camponeses.

Viver é lutar era a clara expressão da perspectiva profundamente radical do MEB naquele momento, e não foi por acaso que depois do golpe a cartilha foi tirada de

circulação pelo próprio Movimento, substituída por outra cartilha chamada *Multirão*. (KADT, 2007, p.187, grifo do autor)

Após esta situação caótica, o MEB, novamente mudou seu foco durante o II Encontro de Coordenadores, ficando na ocasião decidido que “dali em diante, os técnicos concentrar-se-iam exclusivamente nos aspectos educacionais do sindicalismo” (KADT, 2007, p. 188). Agravando as circunstâncias que envolviam o movimento, ocorre no Brasil o golpe militar, em abril de 1964, forçando-o, ainda mais, a se reformular para atender as expectativas do governo, sendo que entre os grandes movimentos de cultura popular existentes à época “sobrevive apenas o MEB, em virtude de seu vínculo com a CNBB, mas tal sobrevivência custou a revisão de sua metodologia, de seu material didático e da orientação do programa” (PAIVA, 1987, p. 260).

Os eventos de abril de 1964, apresentaram um dramático divisor de águas tanto para o MEB quanto para o Brasil como um todo. Sob pressão de forças externas (autoridades militares do governo) e também internas (os bispos que tinham responsabilidades e poder formais no Movimento), os quadros técnicos do MEB não apenas minguaram como também foram constrangidos gradativamente a deslocar o foco do seu trabalho e até mesmo de suas aspirações. (KADT, 2007, p. 199)

Neste momento da história deste movimento o principal conceito defendido por ele, o de conflito, é substituído por outro, o de cooperação, fazendo com que toda a ação educativa mudasse seus objetivos. No sindicalismo rural, ao qual foi incumbido de participar ativamente, ele reduziu-se significativamente e deixou de lado sua convicção conscientizadora, pois mesmo que “em 1966-1967, o Movimento atuasse em muitos lugares, nunca pretendeu coordenar o processo de conscientização das comunidades entre si e ainda menos suas iniciativas de ação” (KADT, 2007, p. 300).

[...] progressivamente, o MEB foi perdendo as características adquiridas no período 1962/1964, passando por um período intermediário de modificações em sua orientação (1964/1966), até poder voltar a receber apoio oficial e integrar-se posteriormente no programa nacional lançado pelo governo em 1970. (PAIVA, 2007, p. 282)

É interessante observar as mudanças tão drásticas que ocorreram em um curto espaço temporal na proposta educativa do Movimento de Educação de Base e, ao estabelecer uma relação entre as datas que elas ocorreram e as que marcaram a transição do governo no Brasil, percebe-se uma íntima aproximação. Neste cenário, é perfeitamente possível notar o domínio governamental sobre os processos de ensino no país e que suas intenções sempre influem na educação de forma a responder suas expectativas partidárias.

MCP – Movimento de Cultura Popular

O Movimento de Cultura Popular no Brasil (MCP), embasado na teoria de Paulo Freire, teve seu berço “em 1962 no Nordeste”, esta que era à época a “região mais pobre do Brasil – 15 milhões de analfabetos sobre 25 milhões de habitantes” (FREIRE, 1980, p. 17). A escolha pela região mais desfavorecida do país foi com certeza motivada pelo grupo de professores do MCP por se ter a intenção de se estabelecer uma pedagogia em favor das classes trabalhadoras e marginalizadas, a fim de tirá-las da alienação em que se encontravam, por meio da educação, e, portanto, é perceptível a existência de ideais que vão além dos costumeiros objetivos educacionais.

Paiva (1987, p. 251) afirma que “o pensamento de Paulo Freire partia de uma visão cristã de mundo”, pois nele havia um cunho social muito forte e objetivos que visavam a substituição da alienação e da falta de criticidade pela “luta do homem pela sua humanização” (PAIVA, 1987, p. 252). Nesse sentido, Freire então desejava fornecer subsídios à população destituída de oportunidades sociais que as permitisse emergir e viver de forma digna, e para tanto promovia no MCP a reflexão e o diálogo, que são as ferramentas necessárias para “ajudar o homem a perceber o seu papel como sujeito e não como mero objeto” (PAIVA, 1987, p. 252) de sua própria vida.

Freire explica que seu foco era numa “educação das massas [...] que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação” (2001, p. 44). Com esta intenção, a primeira tentativa do MCP de alfabetizar jovens e adultos ocorreu na periferia de Recife com um pequeno grupo de cinco alfabetizando e, em seguida, foram desenvolvidas experiências mais amplas em Angicos e Mossoró, no Rio Grande do Norte, e em João Pessoa, na Paraíba (BRANDÃO, 1985, p.17).

[...] ali não se experimentava só um novo método, mas, através dele, um novo sentimento de Mundo, uma nova esperança no Homem. Uma nova crença, também, no valor e no poder da educação. Sinais do amor que o homem planta e que brotavam ali, no chão seco do sertão. (BRANDÃO, 1985, p. 8)

Os resultados obtidos nesta experiência foram impactantes: “300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias – impressionaram profundamente a opinião pública” (FREIRE, 1980, p. 17). Em um país, como o Brasil à época, com um grande número de analfabetos, era de se esperar que o governo federal se interessasse pelo trabalho desenvolvido pela equipe de Paulo Freire.

Decidiu-se aplicar o método em todo o território nacional, mas desta vez com o apoio do Governo Federal. E foi assim que, entre junho de 1963 e março de 1964, foram realizados cursos de formação de coordenadores na maior parte das Capitais dos Estados brasileiros [...]. O plano e ação de 1964 previa a instalação de 20.000 círculos de cultura, capazes de formar, no mesmo ano, por volta de 2 milhões de alunos. (Cada círculo educava, em dois meses, 30 alunos). (FREIRE, 1980, p. 17-18)

Para conduzir um projeto desta natureza, o MCP, pensou no alfabetizando a partir de duas constatações e sobre elas desenvolveu seus planos de ação.

Se, do ponto de vista linguístico, o analfabeto é aquele ou aquela que não sabem ler e escrever, o analfabeto político – não importa se sabe ler ou não – é aquele que tem uma percepção ingênua dos seres humanos em suas relações com o mundo, uma percepção ingênua da realidade social que para ele ou ela, é um *fato dado*, algo que é e não que está sendo. (FREIRE, 2002, p. 105-106, grifo do autor)

No entanto, com o Golpe Militar em março de 1964, o apoio político às ideias freireanas desapareceu. Grupos reacionários começaram a se impor a essa grandiosa movimentação em prol dos oprimidos e rejeitados pela sociedade. Eles então

Preferiram acusar Paulo Freire – o ódio pelo comunismo era muito forte – de ideias que não são as suas, e atacar o movimento de democratização da cultura, no qual percebiam o germe da rebelião, baseando-se em que uma pedagogia da liberdade é, por si, fonte de rebeldia. (FREIRE, 1980, p. 18)

O medo se instaurava numa sociedade acostumada à inflexibilidade política e raciocínios engessados e aos privilégios de uma classe dominante mantidos sobre, e às custas, da alienação da classe proletária. Mas estes não foram os únicos a se opor. Os políticos “partidários da exclusão dos analfabetos” (FREIRE, 1980, p.19) também não desejavam que os não eleitores, das classes populares, fossem alfabetizados, para que não lhes fosse ameaçada a hegemonia que detinham politicamente sobre o país. Na época, Freire afirma que o Brasil vivia uma situação de extrema desigualdade social e cultural.

Elites distanciadas do povo. Superpostas à sua realidade. Povo “imerso” no processo, inexistente enquanto capaz de decidir e a quem correspondia a tarefa de quase não ter tarefa. De estar sempre sob. De seguir. De ser comandado pelos apetites da elite, que estava sobre ele. (FREIRE, 2001, p. 55, grifo do autor)

Portanto, se vez e voz fossem dadas à população analfabeta, o poder político vigente dos coronéis nordestinos poderia ser abalado.

O movimento de educação popular constituía uma ameaça real para o sustento da antiga situação. O plano de 1964 devia permitir o aumento no número dos eleitores em várias regiões: no Estado de Sergipe, por exemplo, o plano devia acrescentar

80.000 eleitores aos 90.000 existentes; em Pernambuco, o número de votantes passaria de 800.000 a 1.300.000 etc. (FREIRE, 1980, p. 19-20)

Sendo assim é claramente notável a consequência revolucionária que a aplicação do método Paulo Freire nas práticas educativas do MCP ocasionaria, haja visto que a alfabetização promovida tinha como um de seus focos principais “preparar para a democracia” (FREIRE, 1980, p. 20). E mais, a saída da população oprimida desse seu estado, para um de liberdade, ainda poderia acarretar outras tantas transformações sociais, abalando a estabilidade de uma sociedade piramidal, já que apresenta-se “a educação como afirmação da liberdade” (FREIRE, 2001, p. 15) e, para Freire substancia-se na afirmativa de que “uma educação deve preparar, ao mesmo tempo, para um juízo crítico das alternativas propostas pela elite, e dar a possibilidade de escolher o próprio caminho” (FREIRE, 1980, p. 20).

Desta forma, o governo ditatorial, que em 1964 assumiu o Estado brasileiro, teve grande aversão ao início de um processo de educação para a liberdade, que refletiria fortemente na sociedade, fomentando a capacidade crítica do povo. Freire foi, então, atacado com acusações de subversão, chamaram-no de “traidor de Cristo e do povo brasileiro”, compararam-no a “Hitler, Perón e Mussolini” (FREIRE, 1980, p. 16). Tudo isso para afastar a proeminência de um povo, que saindo de sua ingenuidade, por meio da educação, não aceitaria mais um Estado corrupto, opressor de sua dignidade e salteador de seus direitos como cidadãos.

Em decorrência disso, Freire acabou por ser exilado por 16 anos. Mesmo assim ele continuou a desempenhar seu trabalho e a dedicar-se ao estudo da alfabetização de jovens e adultos. No Brasil, ele voltou a atuar diretamente na educação somente após seu retorno do exílio, em 1980.

Seus esforços, mesmo que com pouco tempo de aplicação no Brasil, para constituir uma educação na qual alia-se o pensamento crítico ao objeto de conhecimento, superando as metodologias que veem “os alfabetizando como seres passivos” que “devem ser ‘enchidos’ pelas palavras dos educadores, em lugar de serem convidados a participar criadoramente do processo de sua aprendizagem” (FREIRE, 2002, p. 104), foram de grande valia para muitos brasileiros que puderam ter consciência sobre sua condição de oprimidos, por meio de uma educação libertadora que “é um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade” (FREIRE, 2002, p. 105), como também para a ciência da educação, que conheceu um novo caminho para conduzir a alfabetização de jovens e adultos. E desta forma, ele ensinou ao povo muito mais do que

palavras codificadas e decodificadas, mas também a compreender a sua própria “práxis – da ação e da reflexão sobre o mundo” (FREIRE, 2002, p. 107) e o poder transformador que ela possui.

O método de alfabetização de jovens e adultos oriundo das pesquisas de Paulo Freire pretendeu, portanto, ser “uma metodologia que fosse um instrumento do educando, e não somente do educador e que identificasse [...] o conteúdo da aprendizagem com o processo mesmo de aprender” (FREIRE, 1980, p. 41). Esta intenção é notada nas fases do método, pois elas permitem que o contexto sociocultural do educando seja contemplado nos estudos e que estes o levem a conscientizar-se. “Falo sobre como o método educa enquanto constrói e, portanto, falo de um método como processo, com as sequências e etapas que ele repete a cada vez; como uma história coletiva de criar e fazer, que é a sua melhor ideia” (BRANDÃO, 1985, p. 15).

A condição de processo de ensino alfabetizador desenvolvido no MCP, respeitador do contexto cultural onde se aplica, culminou numa prática pedagógica onde os educadores objetivavam o ensino a “promoção da ingenuidade em criticidade”, ao passo que alfabetizavam (FREIRE, 2001, p. 112). Desta maneira, as fases do método de alfabetização aplicado envolviam tanto atividades de reflexão sobre a realidade vivida pelos educandos quanto de apropriação da habilidade de codificar e decodificar palavras.

Isso se deve à convicção de Freire a respeito da efetivação da educação, pois, para ele, toda aprendizagem é uma tomada de consciência sobre alguma realidade e, portanto, desencadeia a transformação, já que a “transformação da realidade se dá pela transformação da consciência” (FREIRE, 2002, p. 171).

Este método conscientizador – digo método por ser um caminho que orienta a ação, dotado de fundamentação teórica e experimentação empírica – é composto por cinco fases – a pesquisa sobre o universo vocabular, a escolha das palavras geradoras, a seleção dos temas geradores, a organização das fichas de cultura e, por fim, a estruturação das fichas com as palavras geradoras – , que aplicadas sucessivamente numa mesma aula, e repetidas em outros encontros, atingirão o objetivo alfabetizador e conscientizador idealizado pelo autor.

Paulo Freire, em sua teoria e prática educativa, apresenta as fases de um método capaz de alcançar esse objetivo – o de alfabetizar conscientizando –, além de enfatizar as técnicas e os recursos didáticos que envolvem esse processo de ensino. Ressaltam-se dois: o diálogo e a reflexão, sendo o desenvolvimento das duas habilidades concomitantes e indispensáveis à

transição da consciência, fator imprescindível à tomada de consciência sobre a realidade que, por conseguinte, propicia a conscientização.

Portanto, não se pode pensar o processo educativo realizado no MCP, nem mesmo o método Paulo Freire de alfabetização, destituído do fator político que lhe é próprio, pois na medida em que os alfabetizados aprendem a ler escrevendo e a escrever lendo, os mesmos apreendem o significado das palavras e frases, seu sentido amplo e restrito, conscientizando-se.

Considerações finais

Relatar historicamente o Movimento de Educação de Base e o Movimento de Cultura Popular no Brasil e avançar para as suas implicações na construção da consciência crítica de muitos brasileiros é atribuir indiscutível importância à compreensão da história para a análise das sociedades na atualidade. Portanto, conhecer e analisar criticamente os movimentos educacionais que existiram no Brasil, no momento da expansão da preocupação com a erradicação do analfabetismo, se faz necessário. Pois somente com a reflexão sobre a realidade torna-se viável a tomada de atitude consciente, como afirma Paulo Freire.

A alfabetização conscientizadora, objetivo dos movimentos de cultura apresentados, perpassa a necessidade do ensino ocorrer baseado nas experiências dos educandos, produto da cultura socialmente construída, não significando isso que este seja demasiadamente delimitado, muito pelo contrário, pois a partir da conscientização sobre a realidade vivenciada é que possibilita-se a real compreensão, gradativa, do todo que é o mundo. Isso infere na condição de que o ensino deve ter relevância social e a educação deve contribuir para a formação integral do indivíduo, inclusive em seu posicionamento frente ao modelo social, político e econômico vigente.

Com a apreciação da história do Movimento de Educação de Base, percebe-se que um ensino, objetivado a, inicialmente, somente alfabetizar e ensinar alguns conteúdos sistematizados, pode sofrer uma grande mudança conceitual, a partir da análise crítica do professor e da instituição de ensino sobre seus papéis na sociedade e na educação. Já quanto a caminhada histórica do Movimento de Cultura Popular, seus principais conceitos norteadores demonstram uma preocupação dos educadores em estimular nos alfabetizados uma compreensão crítica de mundo.

Assim, estes grandes movimentos de cultura popular brasileiros foram propulsores da expansão da educação para os grupos sociais mais desfavorecidos. Desta forma, são peças

importantes na história da educação no Brasil. Seus ideários e métodos são até hoje alicerces dos processos de ensino de jovens e adultos, por todo o mundo. Eles nos mostram que a educação é muito mais que uma simples transmissão de informações, memorizadas e repetidas. E ainda, em especial o MCP, revelou à sociedade a docência e a discência estabelecidas por meio do diálogo em busca da alfabetização que conscientiza, que antes promove a leitura do mundo (conscientização) para então promover a leitura da palavra: ler escrevendo e escrever lendo.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **O Que é Método Paulo Freire**; – 8ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1985.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**; – 10ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire; São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**; – 25ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GADAMER, H-G. **Verdade e Método**; – 4ª ed. – Trad. de Flávio Paulo Meurer. Nova revisão de Enio Paulo Giachini e Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.

GADAMER, H-G. **O problema da consciência histórica**. Organização: Pierre Fruchon, Tradução: Paulo César Duque Estrada; – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KADT, E. de. **Católicos Radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.

MESQUIDA, P. **A dialética como método**. Texto de apoio de aula à Pós-Graduação. Curitiba: PUCPR, 2012.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. – 4ª ed. –, São Paulo: Loyola, 1987.